

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.513.920 - PR (2019/0159834-6)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
AGRAVANTE : AMILTON LAURINDO PIRES
ADVOGADO : PAULINO CÉSAR GASPAR - PR030432
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRIBUNAL DO JÚRI. PRONÚNCIA. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ART. 121, § 2º, INCISO IV, DO CÓDIGO PENAL. APONTADA CONTRARIEDADE A PRECEITO CONSTITUCIONAL. INVIABILIDADE NA VIA ELEITA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO COMPROVAÇÃO. MERA TRANSCRIÇÃO DE EMENTA. AUSÊNCIA DE EFETIVO COTEJO ANALÍTICO E DE SIMILITUDE FÁTICA. IMPRESTABILIDADE DO *WRIT* COMO ARESTO PARADIGMA. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO SE CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por AMILTON LAURINDO PIRES contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que inadmitiu recurso especial manifestado contra acórdão prolatado no Recurso em Sentido Estrito n.º 0002737-58.2011.8.16.0037.

Consta dos autos que o Agravante foi pronunciado, pelo Juízo singular, na forma do art. 413 do Código de Processo Penal, como supostamente incurso nas sanções do art. 121, § 2.º, inciso IV, do Código Penal. Irresignada, a Defesa interpôs recurso em sentido estrito, ao qual o Tribunal local negou provimento.

No recurso especial, interposto com respaldo no art. 105, inciso III, alínea *c*, da Constituição da República, a Defesa sustenta, em síntese, divergência jurisprudencial do aresto recorrido quanto à correta interpretação do:

I. art. 386, inciso II, do CPP ou, ainda, do art. 419 do referido diploma, c.c. art. 129, § 3.º, ou do art. 121, *caput*, § 1.º, ambos do CP, ao argumento de que não houve, na conduta do Acusado, a teor das provas carreadas aos autos, o “*animus de matar a vítima*”, motivo pelo qual imperiosa sua absolvição ou, sucessivamente, a desclassificação “*do crime imputado na denúncia para lesão corporal seguida de morte*” (fl. 220)

culposa, ou para a hipótese de homicídio simples, por ter perpetrado a ato denunciado “*sob relevante valor moral e sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provação da vítima*” (fl. 228), com a conseguinte remessa dos autos ao juízo competente;

II. art. 121, § 2.º, inciso IV, do CP, sob a alegação de que “*as provas dos autos*”, sobretudo as circunscritas ao exame de necropsia e na oitiva testemunhal, “*são dúbias quanto à qualificadora*” (fl. 222) em exame, a qual deve ser decotada da imputação, porquanto “*não houve o elemento surpresa*” (fl. 224) em desfavor da vítima;

III. art. 5.º, inciso LV, da Constituição Federal, pois, ao serem indeferidos os pedidos de suspensão do processo, bem como de “*incidente de insanidade*” mental do Imputado, que passava “*por distúrbios emocionais e depressão [...] à época dos fatos*” (fl. 230), houve flagrante cerceamento de defesa. Nesse contexto, roga pela declaração de nulidade da guerreada decisão de pronúncia, operando-se efeitos retroativos e desconstitutivos da instrução processual.

Contrarrazões apresentadas às fls. 241-244.

A Corte de origem não admitiu o recurso especial, motivo pelo qual subiram os autos a este Superior Tribunal de Justiça por intermédio do presente agravo.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do agravo (fls. 299-304).

É o relatório.

Decido.

Evidenciada a viabilidade do agravo, passa-se à análise do recurso especial.

Inicialmente, acerca da invocada ofensa ao art. 5.º, inciso LV, da CF/88, insta sublinhar que se afigura descabida, na via eleita do recurso especial, a análise, a cargo do Superior Tribunal de Justiça, de eventual ofensa a preceito constitucional, ainda que para fins de prequestionamento, sob pena de usurpação à competência do Supremo Tribunal Federal, estabelecida pelo Constituinte Originário no art. 102, inciso III, da Carta Magna.

Nesse norte:

“PENAL. PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. [...] ENFRENTAMENTO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA DO STF. ART. 102, III, A, DA CF. DISCUSSÃO INVIÁVEL NO ÂMBITO DESTA CORTE. AGRAVO REGIMENTAL

DESPROVIDO.

[...]

II - Não cabe a este Superior Tribunal, ainda que para o fim de prequestionamento, proceder a eventual verificação de violação a princípio ou a dispositivo da Constituição Federal, sob pena de usurpar a competência do col. Supremo Tribunal Federal, a quem compete decidir sobre referida matéria, nos termos do que dispõe o art. 102, inciso III, alínea a, da Constituição Federal. Precedentes.

Agravo regimental desprovido.” (AgRg no REsp 1.825.020/SC, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, julgado em 22/10/2019, DJe 28/10/2019; grifos diversos do original.)

“RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ANÁLISE DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE. [...]

1. É inviável o exame de afronta a dispositivos constitucionais em recurso especial, sob pena de usurpação de competência do Supremo Tribunal Federal (art. 102, III, 'a', da CF).

[...]” (REsp 1.816.307/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 10/09/2019, DJe 16/09/2019; grifos diversos do original.)

Noutro enfoque, no tocante à interposição do apelo raro com base na alínea c, tal intento, de igual sorte, não merece cognição, porque a demonstração do dissídio jurisprudencial não se contenta com meras transcrições de ementas, sendo indispensável o **efetivo** cotejo analítico entre o aresto impugnado e os acórdãos paradigmas, declinados ao exame de **eventual identidade ou similitude fática** entre estes, nos moldes legais e regimentais, o que não identifica no caso em exame.

A respeito, já se decidiu que *“é imprescindível o atendimento dos requisitos do art. 255, § 1º, do RISTJ, para a devida demonstração do alegado dissídio jurisprudencial, pois além da transcrição de acórdãos para a comprovação da divergência, é necessário o cotejo analítico entre o aresto recorrido e o paradigma, com a demonstração da identidade das situações fáticas e a interpretação diversa ao dispositivo de legislação infraconstitucional”* (AgRg no AREsp 93.424/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 20/10/2016, DJe 09/11/2016; grifos diversos do original), o que não se verifica no caso em exame.

Por fim, em atenção ao aresto paradigma ventilado à fl. 229, urge frisar que não se presta, para fins de demonstração do dissídio pretoriano, acórdãos oriundos do julgamento de *habeas corpus*, ação constitucional autônoma de impugnação e contornos processuais específicos.

A respeito:

"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. [...] DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO E DE SIMILITUDE FÁTICA. DOSIMETRIA DA PENA. REPRIMENDA BÁSICA ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA.

1. A aventada divergência jurisprudencial não foi demonstrada nos termos exigidos pela legislação processual de regência. A mera transcrição de ementas não serve à comprovação do dissídio, sendo necessário o cotejo analítico entre os acórdãos recorrido e o paradigma, com a efetiva confirmação da similitude dos casos confrontados.

[...]

5. *Agravo regimental desprovido.*" (AgRg no AREsp 1.486.598/SE, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 13/08/2019, DJe 27/08/2019; grifos diversos do original.)

"PENAL. PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. [...] DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO COMPROVAÇÃO, NOS TERMOS LEGAIS E REGIMENTAIS. AUSÊNCIA DO COTEJO ANALÍTICO. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA.

[...]

III - Cumpre asseverar a impossibilidade de conhecimento do apelo nobre pela alínea c do permissivo constitucional, seja porque pacífico o entendimento quanto à impossibilidade de manejo de acórdão prolatado em *habeas corpus*, como paradigma, porquanto possui cognição mais ampla que a deferida ao recurso especial que, no presente caso, não foi devidamente confrontado com o acórdão recorrido por meio do indispensável cotejo analítico a fim de que fosse demonstrada a similitude fática e a dissonância na interpretação jurídica. [...]

Agravo regimental desprovido." (AgRg no AREsp 1.427.254/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 12/03/2019, DJe 28/03/2019; grifos diversos do original.)

Ante o exposto, CONHEÇO do agravo para NÃO SE CONHECER do

Superior Tribunal de Justiça

recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora